

A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

THE IMPORTANCE OF POSTGRADUATE PROGRAMS IN THE INTERNATIONAL PUBLICATIONS OF BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE

Lucas Alberto Rosa da Silva¹

RESUMO

O presente artigo busca analisar o papel dos programas de pós-graduação de Ciência Política, existentes no Brasil em 2014, na internacionalização da disciplina por meio das publicações de artigos de seus docentes em periódicos internacionais. Fez-se uma divisão binária entre os programas de pós-graduação classificando-os entre centrais e periféricos para poder mensurar a importância de ambos na expansão da Ciência Política.

Palavras-chaves: Ciência Política; internacionalização.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of political science postgraduate programs in Brazil in 2014, in the internationalization of the discipline through the publication of articles of its teachers in international journals. A binary division was made between graduate programs, classifying them as central and peripheral, in order to measure the importance of both in the expansion of Political Science.

Keywords: Political Science; Internationalization.

¹ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mensurar a importância dos programas de pós-graduação para a internacionalização das pesquisas em periódicos internacionais. Buscou-se cumprir este objetivo com um banco de dados elaborado no *software SPSS* baseado no *Currículo Lattes* de docentes brasileiros disponível na base de dados do Cnpq². O banco é composto de 111 variáveis com dados sobre a formação, a carreira e a produção acadêmica de 233 docentes brasileiros dos programas de pós-graduação em Ciência Política (para este trabalho o banco de dados vai até o ano de 2014). Filiação, classificação do programa, formação no exterior e publicações internacionais são alguns dos parâmetros utilizados para a análise.

A fonte de análise deste trabalho conta com 15 programas de pós-graduação (PPG) em Ciência Política, aos quais os 233 docentes do universo estudado são filiados. que são³: Iesp; UFF; UFG; UFMG; UFPA; UFPE; UFPel; UFPI; UFPR; UFRGS; UFSCar; UnB; Unicamp; Unieuro; USP. Para realização da análise os PPG⁴ foram classificados em dois grupos: centrais e periféricos. Para criação desta distinção não se usou nenhum critério de avaliação da Capes⁵ utilizados nas avaliações trianuais realizadas pela mesma. Trata-se de um recorte histórico.

Os programas centrais que são Iesp (antigo Iuperj), UFMG, UFRGS, UnB, Unicamp e USP são os programas pioneiros no tocante ao surgimento da Ciência Política no Brasil, logo são os primeiros programas de mestrado e doutorado no país antecedendo os periféricos que são UFF, UFG, UFPA, UFPE, UFPel, UFPI, UFPR, UFSCar e Unieuro que surgiram após o estabelecimento da Ciência Política no Brasil que se deu por meio da atuação dos programas centrais. A Ciência Política na América Latina surgiu influenciada pelo Direito estudando temas de caráter jurídico. Com o passar do tempo ganhou autonomia e construiu seu campo próprio de conhecimento.

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia

³ Instituto de Estudos Sociais e Políticos (antigo Iuperj); Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Piauí; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de São Carlos; Universidade de Brasília; Universidade de Campinas; Centro Universitário Unieuro; Universidade de São Paulo.

⁴ Programa de pós-graduação

⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

No caso brasileiro um marco importante para a construção de seu campo foi a criação de entidades em que ela pudesse se desenvolver, os programas da UFMG e o IUPERJ (Carpiuc, 2013)⁶. Estes foram os dois primeiros se somando a estes os demais programas considerados centrais neste trabalho que permitiram o crescimento da disciplina. Após o estabelecimento deste campo de conhecimento os programas periféricos surgiram. Como dito anteriormente, o marco da independência da disciplina no Brasil se dá no surgimento dos programas de pós-graduação como o mestrado em Ciência Política da UFMG que é o mais antigo do país, criado em 1966, e o doutorado, na mesma área, do IUPERJ em 1980, segundo doutorado do país, que já contava com mestrado desde 1969, exemplos pioneiros, porque os primeiros programas de pós-graduação na área de Ciência Política surgiram nestas instituições. A UFRGS cria seu programa de mestrado em 1973 e o doutorado nesta instituição surgiu somente em 1996. Em 1974, a USP criou o mestrado junto com o primeiro doutorado em Ciência Política (Madeira e Marengo, 2016)⁷.

Buscou-se mensurar a atuação dos programas em levar a Ciência política brasileira para o exterior por meio das publicações de seus docentes e também a localidade de formação do quadro docente, se no exterior ou não. Para isto foi preciso ver a internacionalização, definida aqui como difusão e publicação de pesquisas (artigos) realizadas por brasileiros em periódicos estrangeiros. Isto é demonstrado pelas publicações dos docentes em revistas internacionais que dão visibilidade ao conhecimento produzido no Brasil na área de Ciência Política. Também se buscou mensurar a localidade de formação dos docentes, se no Brasil ou no exterior.

⁶ CARPIUC, Cecília Rocha. **¿Hacia una hegemonía del “modelo mainstream norteamericano”? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012)**. Disponível em < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131021110757/rocha_informefinal.pdf > Acesso em 10.07.17.

⁷ MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. **Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>. Acesso em 27.05.17.

1 A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A Ciência Política brasileira se originou de um grupo formado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro (Leite, 2010)⁸. Tendo Canêdo por referência, Madeira e Marenco apontam a influência da Ciência Política norte –americana nos primeiros programas brasileiros estabelecidos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Madeira e Marenco, 2016)⁹. A influência norte-americana foi consequência da origem da Ciência Política, uma vez que esta se constituiu como disciplina autônoma originariamente nos EUA e muitos cientistas políticos dos programas pioneiros realizavam os estudos de mestrado e doutorado nos EUA, financiados pela Fundação Ford que destinava esses pesquisadores às universidades norte-americanas. (Nicolau e Oliveira, 2013)¹⁰.

Segundo Keinert e Silva, para se analisar a autonomização da Ciência Política no Brasil como disciplina, faz-se necessário analisar as experiências do grupo de cientistas políticos de Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, influenciada pela Fundação Ford por seus influxos internacionais. A Fundação Ford mantinha eixos norteadores de suas operações e estímulo a viagens de estudo para o exterior sendo as universidades norte-americanas o destino invariável de cientistas políticos mineiros e cariocas. O financiamento da Fundação Ford favoreceu a criação de instituições para que a disciplina pudesse se desenvolver, como por exemplo, o caso pioneiro da doação destinada ao Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1965 (Keinert e Silva, 2010)¹¹.

As linhas de pesquisas dos primeiros programas tinham afinidade com os aprendizados de mineiros e cariocas nas universidades dos EUA, decorrentes dos

⁸ LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011 > Acesso em 01.12.2016.

⁹ MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. **Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>. Acesso em 27.05.17.

¹⁰ NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. **A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos**. 37º Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st14/8478-a-producao-da-ciencia-politica-brasileira-uma-analise-dos-artigos-academicos/file> > Acesso em 09.09.2017.

¹¹ KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 08.10. 2017.

financiamentos da Fundação Ford. A reflexão desse grupo se baseava em duas questões: a emergência do Regime Militar e a recomposição do Regime Democrático no Brasil. O termo “Ciência Política”, como designação de um campo disciplinar, é um sinal expressivo da lógica que redefiniu os traços identitários de uma área de estudos designada anteriormente pelo termo “Política” atribuindo-lhe um caráter intelectual (Keinert e Silva, 2010)¹². Segundo Leite¹³:

[...] a Ciência Política inicia sua institucionalização a partir da década de 1970 com as ações levadas a cabo pelo ‘grupo’ de mineiros e cariocas do “eixo” UFMG-IUPERJ que, inseridos naquele processo geral de valorização do “político” são pioneiros na criação de espaços institucionais e acadêmicos dedicados especificamente à Ciência Política. Forma-se, assim, um campo *institucionalizado* de Ciência Política em torno de um grupo *interessado* na autonomia institucional e cultural dessa disciplina, que não se vincula a ela somente por empatia de objeto e que defende (1) a pesquisa empírica com proeminência quantitativa, (2) a institucionalização de um conjunto de práticas e disposições científicas e, em menor grau, (3) a autonomia do “político”, geralmente da política institucional. (LEITE, **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. p.10).

O crescimento da Ciência Política brasileira se deu em um processo muito lento até meados de 1980 passando a ser acelerado a partir da década de 1990 (Leite, 2010)¹⁴. Em suas origens a Política esteve ligada à Filosofia, uma vez que a Filosofia exercia uma autoridade sobre as áreas de saberes (Bulcours e Vazquez, 2012)¹⁵. Apesar da perda de autoridade da Filosofia sobre a Política, esta enquanto ciência estava ligada ao Direito e a Economia, mas logo a Ciência Política se separa destas e se distingue da Sociologia (Araújo e Reis, 2005)¹⁶. Mörschbächer, Maglia e Peres também afirmam que a disciplina se consolidou no Brasil a partir da década

¹² KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 08.10. 2017.

¹³ LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011 > Acesso em 01.12.2016.

¹⁴ LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011 > Acesso em 01.12.2016.

¹⁵ BULCOURS, Pablo; VAZQUEZ, Juan Cruz. **La Ciencia Política como profesión**. POSTData Revista, 2012. Disponível em < <http://www.revistapostdata.com.ar/2012/01/la-ciencia-politica-como-profesion-pablo-bulcours-juan-cruz-vazquez/> > Acesso em 08.01.17.

¹⁶ ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. **A formação do pós-graduado em ciência política**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

de 1960, por intermédio de instituições como a UFMG e o IUPERJ. A partir daí a formação da área de Ciência Política virou tema de debate entre autores há mais de três décadas (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016)¹⁷.

O sistema de bolsas desempenhou um papel importante na composição de um grupo coeso no que tange ao padrão de carreira. Este modelo de bolsas estabelecido em Belo Horizonte, não chegou a ser autorreprodutível em sua plenitude. No início, a ausência de um currículo centrado nas disciplinas atinentes às Ciências Sociais obrigava os diplomados do Curso de Sociologia e Política a complementarem sua formação em outros centros intelectuais como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Chile, e as universidades norte-americanas. A limitação de horizontes de oportunidades em Minas Gerais, posteriormente, nos locais em que não havia centros ou núcleos de pesquisa em condições de absorver os profissionais acadêmicos, fez com que esses intelectuais migrassem para o Rio de Janeiro que passou a ser, então, o paradeiro preferencial dos pesquisadores (Keinert e Silva, 2010)¹⁸.

O sistema de pós-graduação brasileiro é resultado da combinação de políticas universais das agências de fomento. Isso possibilitou a formação de um sistema vigoroso de bolsas no país e no exterior e um sistema de avaliação dos programas (Martins, 2005)¹⁹. Como resultado da ação das agências de fomento, 84 docentes (36%) do universo estudado receberam bolsas para realizarem doutorado no exterior, seja na modalidade sanduíche (parcial) ou plena (formação completa no exterior). Em contrapartida, 149 docentes (64%) não tiveram experiência de formação de doutorado no exterior. Do percentual de docentes que tiveram experiência de formação no exterior, 15% teve essa experiência nos EUA, fato que tem relação com a influência da Fundação Ford sobre a Ciência Política brasileira. Na tabela abaixo é mostrado os países em que parte dos docentes brasileiros teve sua formação. O “não” representa os docentes que não tiveram formação de

¹⁷ MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: < http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf > Acesso em 08.01.17.

¹⁸ KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 08.10. 2017.

¹⁹ MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

doutorado no exterior. Quando o nome da nacionalidade é precedido por “D.” significa doutorado pleno neste país, quando não, refere-se ao sanduíche. No exemplo, 21 (9%) dos docentes que tiveram formação de doutorado no exterior tiveram formação plena nos EUA (D.EUA) e 15 (6%) fizeram sanduíche nos EUA. Dos 118 docentes dos programas centrais, 47 fizeram sanduíche ou tiveram formação plena de doutorado no exterior, enquanto 71 destes não tiveram experiências estrangeiras no doutorado. No caso dos programas periféricos, dos 115 docentes 37 estudaram de forma parcial ou plena durante o doutorado no exterior, enquanto 78 destes não.

Conforme ilustração em:

País sanduíche/pleno	PPG central %	PPG periférico %	Total %
Alemanha	0,4	0	0,4
Argentina	0	0,4	0,4
Austrália	0,4	0	0,4
Canadá	0	0,4	0,4
D. Alemanha	1,3	0,4	1,7
D. Espanha	0,4	0,9	1,3
D. EUA	7,3	1,7	9
D. França	3	1,7	4,7
D. Holanda	0	0,4	0,4
D. Inglaterra	0,9	2,1	3
D. Itália	0	0,9	0,9
Espanha	0,4	0,9	1,3
EUA	3,9	2,6	6,4
França	1,3	1,7	3
Inglaterra	0,4	0	0,4
Sem doutorado no exterior	30,5	33,9	64,4
Portugal	0,4	1,3	1,7
Total	50,6	49,4	100

Fonte: Banco de dados

Seguindo a análise, quando se trata sobre os docentes que tiveram uma modalidade de formação no exterior, seja sanduíche, plena ou pós-doutorado calculados juntos em uma variável, o percentual aumenta. Ocorre certo equilíbrio porque 109 docentes (47%) não têm nenhuma modalidade de formação no exterior, mas 124 (53%) docentes tiveram ao menos uma modalidade de formação no exterior. No caso dos países que os brasileiros realizaram pós-doutorado, os EUA

lidera o ranking, mas não de maneira significativa porque seu percentual se aproxima dos países como Inglaterra, França. Dos docentes que fizeram pós-doutorado no exterior, a maioria está nos programas centrais, 45 contra 32 dos periféricos. Enquanto 73 dos docentes dos programas centrais não realizaram pós-doutorado no exterior, 83 dos docentes dos programas periféricos também não.

Conforme ilustração:

País pós-doutorado	PPG central %	PPG periférico %	Total %
Alemanha	0,9	0,9	1,8
Brasil	3,4	3,9	7,3
Espanha	1,3	1,3	2,6
EUA	6,4	3,9	10,3
França	3,9	3,4	7,3
Inglaterra	5,2	3,4	8,6
Itália	0,9	0,4	1,3
México	0,4	0	0,4
Não realizou pós-doutorado	27,9	31,8	59,7
Portugal	0,4	0,4	0,8
Total	50,6	49,4	100

Fonte: Banco de dados

No financiamento de bolsa sanduíche no doutorado, a Capes é agência de fomento com maior atuação seguida pelo CNPq. Os dos programas periféricos, na presente análise, superam os docentes dos programas centrais no número de concessão de bolsas. Na análise temos 10 docentes dos programas periféricos que receberam bolsa sanduíche da Capes enquanto 7 docentes dos programas centrais receberam a mesma bolsa e no caso de concessão de bolsas pelo CNPq, os programas periféricos superam os programas centrais em apenas 1 contabilizando 3 bolsistas sanduíche dos PPG periféricos contra 2 dos centrais. No pós-doutorado, 10% dos 118 docentes dos programas centrais receberam bolsa de pós-doutorado da Capes, enquanto 7% dos docentes dos programas periféricos receberam a mesma bolsa. Nas bolsas concedidas pelo CNPq centrais e periféricos estão equiparados com 3% cada. No pós-doutorado a FAPESP²⁰ teve participação importante concedendo bolsas para 6% dos docentes dos programas centrais e 1%

²⁰ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

dos programas periféricos. Há também um percentual significativo de docentes que ainda não realizaram pós-doutorado (28% dos programas centrais e 32% dos periféricos) achado que identifica um amplo campo aberto para o aumento da internacionalização da formação dos docentes de Ciência Política brasileiros.

1.1. OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O campo se consolidou no Sudeste, sobretudo nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais e do IUPERJ. Sobre o argumento de capacitação de pessoal técnico para atuação na esfera governamental, as Ciências Sociais não escaparam da influência decisiva das áreas do Direito, Economia e Administração que compunham a estrutura curricular do curso atribuindo-lhe um perfil substantivamente diverso. (Keinert e Silva, 2010)²¹. Hoje, o Brasil conta com 43 programas de pós-graduação na área de Ciência Política e Relações Internacionais²², destes 10 são de Relações Internacionais e 18 são de denominação diversa (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016)²³.

A Ciência Política se estabeleceu enquanto campo autônomo devido transformações e alterações no perfil das organizações e práticas acadêmicas no Brasil. A forma de trabalhar dos cientistas políticos estava ligada ao ideal de um novo profissionalismo, decorrente dos influxos da Fundação Ford à criação de um sistema nacional de Pós-graduação. A Ciência Política juntamente com a Antropologia começaram a ampliar seus espaços no campo acadêmico neutralizando, de certa forma, o jogo de forças que era até então amplamente favorável à Sociologia (Keinert e Silva, 2010)²⁴. *“Assim, um programa ideal de pós-graduação deverá formar um pesquisador com os recursos intelectuais necessários*

²¹ KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08.10. 2017.

²² Na divisão das áreas de conhecimento e avaliação da Capes a Ciência Política está junto com Relações Internacionais.

²³ MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: < http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf> Acesso em 08.01.17.

²⁴ KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08.10. 2017.

à *promoção dessa meta*” (Araújo e Reis, 2005)²⁵. Os PPG em Ciência Política precisam qualificar seus discentes para realizar investigações com o aperfeiçoamento em métodos qualitativos e quantitativos. A formação metodológica precisa ser padronizada nos programas de pós-graduação para que os docentes e pesquisadores atendam aos requisitos do sistema de avaliação institucional e contribuam para constituição e fortalecimento de associações profissionais e de pesquisa (Araújo e Reis, 2005)²⁶.

1.2. A PRODUÇÃO ACADÊMICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO

A contribuição da Fundação Ford para que a disciplina se constituísse de forma autônoma no Brasil e as experiências de mineiros e cariocas nas universidades dos EUA influenciaram o enfoque que estes cientistas políticos davam à análise dos eventos (Nicolau e Oliveira, 2013)²⁷. Talvez isso possa explicar o porquê da forte referência a autores de países centrais. Soares aponta que há uma quase total ausência de referências a autores brasileiros, latino-americanos e demais países de terceiro mundo nos currículos dos cursos de pós-graduação oferecidos nos principais centros de pós-graduação (Soares, 2005)²⁸.

A produção intelectual da Ciência Política brasileira, segundo autores que se manifestam sobre o assunto, carece de pesquisa quantitativa e qualitativa (Soares, 2005)²⁹. Segundo Nicolau e Oliveira, a produção intelectual dos cientistas políticos brasileiros é descritiva e se aproxima de uma versão “historicizante” ou jornalística.

²⁵ ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. **A formação do pós-graduado em ciência política**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

²⁶ ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. **A formação do pós-graduado em ciência política**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

²⁷ NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. **A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos**. 37º Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st14/8478-a-producao-da-ciencia-politica-brasileira-uma-analise-dos-artigos-academicos/file>> Acesso em 09.09.2017.

²⁸ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

²⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

Em decorrência disso fica escassa a busca pela explicação da causa dos eventos estudados (Nicolau e Oliveira, 2013)³⁰.

As pesquisas carecem de métodos tanto qualitativos quanto quantitativos e estatísticas. Dentre a maioria dos brasileiros que publicam pesquisas quantitativas, esta teve sua formação fora do Brasil (Soares, 2005)³¹. Na análise da presente pesquisa que se dá num universo de 233 docentes de Ciência Política, 53% destes tiveram uma modalidade de formação no exterior, sanduíche ou pleno, enquanto o resto não teve. Este percentual elevado de docentes que tiveram formação parcial ou total no exterior talvez se dê pela carência dos programas de pós-graduação em Ciência Política em proporcionar uma formação metodológica que ofereça ampla oferta de métodos de pesquisa. No caso dos docentes que realizaram sanduíche temos o primeiro caso no ano de 1989 e o último em 2013 (Fonte: banco de dados). Almeida analisa os contornos da Ciência Política praticada no Brasil tomando como referência os grupos temáticos da ABCP³² que focam em temas como Teoria Política, Relações Internacionais, Representação e Partidos Políticos, Estado e Políticas Públicas, Economia, Instituições Políticas e Política.

Analisando artigos publicados em *Dados*³³, um dos principais desaguadouros da produção em Ciência Política no Brasil e o veículo de mais prestígio nos periódicos nacionais, entre 1996 e 2005, há foco nos temas citados anteriormente, exceto artigos sobre política internacional que são enviados para revistas especializadas. (Almeida, 2005)³⁴. A revista *Dados* demonstra que as publicações não representam o conhecimento do campo em sua totalidade, uma vez que o periódico não é exclusivo de Ciência Política, mas de Ciências Sociais abordando também produções da Sociologia e da Antropologia. Desde 1966, ano

³⁰ NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. **A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos**. 37º Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st14/8478-a-producao-da-ciencia-politica-brasileira-uma-analise-dos-artigos-academicos/file> > Acesso em 09.09.2017.

³¹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

³² Associação Brasileira de Ciência Política.

³³ Revista de Ciências Sociais editado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), antigo IUPERJ, ligado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Ciência Política no Brasil, avanços e desafios**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 87-103.

de criação desse periódico, e a partir da criação do sistema de avaliação de periódicos da Capes, a revista se mantém nas posições mais elevadas do ranking (*Qualis A, A1*) (Madeira e Marenco, 2016)³⁵.

Assemelhando-se à Ciência Política norte-americana que oscilava entre a História, Filosofia, Economia, Sociologia, a Ciência Política brasileira também se relacionou com outras áreas de conhecimento, fato determinante em sua dinâmica interna e produção acadêmica. Decorrente deste fato se percebe que a Ciência Política brasileira tem um baixo grau de autonomia podendo ser vista como prematura (Leite, 2010)³⁶. Os obstáculos que brasileiros enfrentam para publicarem em revistas internacionais estão relacionados ao fato que o percentual expressivo de autores que publicam nestas revistas está vinculado às instituições destes países ou vêm de outros países centrais (Almeida, 2005)³⁷. Mesmo com estas dificuldades os cientistas políticos brasileiros têm conseguido publicar em revistas internacionais dando visibilidade à Ciência Política brasileira no exterior. Tanto docentes de programas centrais como os de periféricos conseguiram publicar em revistas internacionais classificadas nos *Qualis*³⁸ A1, A2 e B1, os índices mais importantes na avaliação da Capes. No universo estudado dos 233 docentes, no somatório apenas 23% destes não possuíam publicações internacionais que se enquadrassem nos índices A1, A2 e B1 do *Qualis* da CAPES sendo destes 6% dos programas centrais e 17% dos programas periféricos. O percentual maior de docentes que não possuem publicações nos *Qualis* A1, A2 e B1 ("0"), está nos programas periféricos (17% de 115 docentes), enquanto nos programas centrais o percentual é baixo (6% de 118 docentes).

Conforme tabela:

³⁵ MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. **Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>. Acesso em 27.05.17.

³⁶ LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011> Acesso em 01.12.2016.

³⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Ciência Política no Brasil, avanços e desafios**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 87-103.

³⁸ *Qualis* é o sistema de avaliação de periódicos mantido pela CAPES com classificações A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Publicações em Qualis A1, A2 e B1			
Quantidade	PPG central %	PPG periférico %	Total %
0	5,60%	17,20%	22,70%
1	4,70%	7,70%	12,40%
2	5,60%	2,10%	7,70%
3	3,90%	3,90%	7,70%
4	4,30%	3,40%	7,70%
5	2,10%	1,70%	3,90%
6	3,40%	3,40%	6,90%
7	3,00%	0,40%	3,40%
8	2,60%	1,70%	4,30%
9	1,30%	1,30%	2,60%
10	2,10%	0%	2,10%
11	0,40%	1,70%	2,10%
12	0%	0,90%	0,90%
13	0,90%	0%	0,90%
14	1,70%	1,30%	3,00%
15	1,30%	0%	1,30%
16	2,10%	0%	2,10%
17	0,90%	0,90%	1,70%
18	1,30%	0%	1,30%
19	0,40%	0%	0,40%
20	0,40%	0,90%	1,30%
21	0,90%	0%	0,90%
22	0,40%	0,40%	0,90%
25	0,90%	0%	0,90%
26	0,40%	0%	0,40%
28	0%	0,40%	0,40%
Total	50,60%	49,40%	100%

Fonte: Banco de dados

Desde março de 2015, data da coleta dos dados aqui analisados, os *Qualis* das revistas que podem ter sofrido mudanças, das 231 publicações em revistas estrangeiras, 118 são publicações de programas centrais e 113 de periféricos. A participação de programas centrais e periféricos mensurada pelas publicações (artigos) de seus docentes em periódicos internacionais demonstra a qualificação do quadro docente destes PPG. Isto permite uma descentralização do conhecimento nos programas centrais expandindo aos periféricos. A distribuição destes docentes entre programas do país permite superar a concentração regional da produção do

conhecimento nacionalizando-a, ou seja, distribuir a produção intelectual internacional e o quadro docentes entre todos os programas brasileiros da área.

2.3. A VISIBILIDADE MUNDIAL DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Sobre o questionamento sobre a visibilidade que a Ciência Política brasileira tem no mundo, há consenso entre quase todos os autores que se manifestam sobre o tema. Soares, como exemplo destes autores, acha que é pequena a visibilidade que a Ciência Política brasileira tem no exterior (Soares, 2005)³⁹. Uma reflexão que pode ser feita sobre a visibilidade da Ciência Política brasileira é sobre a análise das redes de colaboração científica. Visibilidade entendida aqui como o aparecimento de artigos brasileiros em periódicos internacionais.

Mörschbächer, Maglia e Peres definem rede de colaboração como “*conjunto de interações que ocorrem dentro de um determinado contexto social de determinada área do conhecimento, entre dois ou mais indivíduos, que facilitam a realização de uma pesquisa*” (Mörschbächer; Maglia; Peres, 2016)⁴⁰. Por intermédio desta colaboração são estabelecidas redes de comunicação, compartilhamento de ideias e recursos para difundir a informação com uma divisão das atividades na produção de conhecimento. (Mörschbächer; Maglia; Peres, 2016)⁴¹. Esta parceria de cooperação entre pesquisadores pode se dar no âmbito internacional, fato que contribuiria para disseminar a Ciência Política brasileira pelo mundo. Essas redes de colaboração internacional possibilitam que pesquisadores brasileiros alcancem visibilidade internacional superando bloqueios de algumas revistas estrangeiras que se fecham para autores do próprio país, como a *Amerial Political Science Review* dos EUA, por exemplo.

³⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

⁴⁰ MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: < http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf > Acesso em 08.01.17.

⁴¹ MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: < http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf > Acesso em 08.01.17.

Conforme Soares⁴²:

Somente um brasileiro publicou a *Americal Political Science Review*. As razões para essa dramática exclusão são muitas e devem ser compreendidas: em primeiro lugar, um relatório do editor mostra que somente 0,2% são aceitos diretamente; outros 0,4 % tem aceitação condicionada (a acatar as recomendações) na “primeira rodada”. Uma percentagem muito alta (91,4%) é rejeitada logo de saída. A opção favorável mais comum é “revise and resubmit”: não garante aceitação, mas significa um estímulo para que o(s) autor(es) leiam os pareceres e revisem o artigo, voltando a submetê-lo. Não é um compromisso de publicação; porém, dos que são ressubmetidos, 85% são aceitos. Em 2002-2003, fora enviados 672 artigos, dos quais 546 eram originais e os demais eram ressubmissões. (SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 80).

Em conformidade com Soares, no universo do banco de dados do presente trabalho, há somente uma publicação de docente brasileiro na *APSR*⁴³, docente vinculado a um programa central, a UnB. Este único docente conseguiu publicar na *APSR* em seu terceiro artigo internacional, em coautoria, um caso de rede de colaboração. Essa revista muitas vezes se fecha para os pesquisadores de seu país, o que dificulta as publicações de brasileiros neste veículo.

Dados apresentados por Soares demonstram que é pouco o número de cientistas políticos brasileiros que publicaram neste veículo. Segundo Soares, publicar na *APSR* é um trabalho dificultoso independente de quem quer que deseje publicar. As dificuldades são, na verdade, para “não-americanos”: conforme dados, entre 1996 e 1999, 91% e 97% dos primeiros autores naquela revista estavam vinculados à instituições norte-americanas (Soares, 2005)⁴⁴.

É possível ver a dificuldade dos países considerados periféricos (subdesenvolvidos) como o Brasil publicarem em uma revista norte-americana do nível da *APSR*. Neste período de 1996-1999 “instituições europeias representavam perto de 3% dos autores e os do Oriente, Europa Ocidental, Oceania, África e América Latina juntos representavam outros 3%, aproximadamente” (Soares,

⁴² SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

⁴³ *Americal Political Science Review*

⁴⁴ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

2005)⁴⁵ no que diz respeito às publicações na *APSR*. Apesar da dificuldade os EUA são o principal destino para os artigos dos docentes brasileiros. A maioria dos docentes não tem publicação internacional. O fato de o EUA ser o principal destino das produções brasileiras permite um diálogo entre países. O “não” representa os docentes que não possuem artigo internacional. Os programas centrais superam os periféricos em publicações nos EUA, 12% dos centrais e 3% dos periféricos, mas em países considerados centrais como França e Inglaterra, há uma equiparação porque os programas centrais superam os periféricos em apenas 1%. Conforme levantamento do presente trabalho, tanto programas centrais, quanto programas periféricos têm participação nas publicações internacionais referente à Ciência Política brasileira, mas os programas centrais têm um percentual maior nesta participação com 35% das publicações internacionais mais que o dobro dos periféricos com 17%.

Conforme tabela:

Destino artigos	PPG central %	PPG periférico %	Total
Alemanha	1,30%	0%	1,30%
Argentina	2,60%	1,30%	3,90%
Bélgica	0,40%	0%	0,40%
Canadá	0,40%	0%	0,40%
Chile	2,60%	0,90%	3,40%
China	0%	0,40%	0,40%
Colômbia	0%	1,30%	1,30%
Cuba	0,40%	0%	0,40%
Espanha	2,10%	1,70%	3,90%
EUA	12,00%	3,40%	15,50%
França	3,90%	2,10%	6,00%
Guatemala	0,40%	0%	0,40%
Inglaterra	3,90%	3,00%	6,90%
Itália	0%	0,40%	0,40%
México	2,10%	0,40%	2,60%
Não	15,50%	32,60%	48,10%
Nicaragua	0,90%	0%	0,90%
Perú	0%	0,40%	0,40%

⁴⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil* São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

Portugal	1,30%	0,40%	1,70%
Rússia	0%	0,40%	0,40%
Venezuela	0,90%	0,40%	1,30%
Total	50,60%	49,40%	100,00%

Fonte: Banco de dados

Este levantamento demonstra a importância das publicações brasileiras em periódicos internacionais para dar visibilidade ao conhecimento produzido no país permitindo um diálogo teórico com outras escolas de pensamento político. Tanto programas centrais quanto periféricos “exportam” a Ciência Política brasileira por meio de publicações internacionais, mas a participação dos programas centrais é mais relevante neste processo. Nota-se que o maior percentual de docentes que não têm publicação internacional está nos programas periféricos. O maior percentual de publicações em países centrais (desenvolvidos) como EUA, França, Inglaterra, Alemanha, por exemplo, está concentrado nos programas centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programas centrais e programas periféricos têm participação nas publicações de artigos brasileiros em periódicos internacionais. A participação de ambos os programas nestas publicações favorece a internacionalização das pesquisas de brasileiros dando visibilidade a estas em outros países. A internacionalização da produção intelectual da Ciência Política brasileira não está baseada somente nos programas centrais.

Apesar de autores que escreveram sobre o assunto da representatividade da Ciência Política brasileira no exterior, mesmo que classificada como insignificante, esta representatividade está sendo expandida pelo mundo por meio dos periódicos internacionais. Mesmo com os empecilhos que brasileiros encontram para publicarem em alguns periódicos de países centrais, ainda que em outros veículos, os brasileiros conseguem publicar seus trabalhos nestes países.

A formação de docentes com experiência no exterior das duas modalidades de programas beneficia o quadro docente brasileiro quando esses retornam ao Brasil. A formação no exterior que é uma etapa da internacionalização, a presença de cientistas políticos qualificados nos programas centrais e periféricos permite a

expansão de ofertas para egressos evitando centralização em um programa ou docente. Os programas centrais, em sua maioria estão concentrados na região Sudeste do Brasil, com mais um no Centro-Oeste e um no Sul. Por meio dos programas periféricos as demais regiões do país são atingidas com uma oferta qualificada de pós-graduação, fato que rompe com barreiras regionais.

É necessário que a Ciência Política brasileira dê mais valor ao conhecimento produzido na América Latina e dialogue com os demais países latino-americanos fazendo um bloco de produção de conhecimentos e publicações entre os países latinos. O destino de 24% das publicações dos programas centrais foi a América Latina entre Argentina, Chile, Cuba e Venezuela. As publicações dos programas periféricos destinadas à América Latina representavam 25% do total entre Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Tanto programas centrais, quanto programas periféricos têm participação na imagem do conhecimento produzido por brasileiros em periódicos estrangeiros, mesmo que o percentual maior de publicações nos *Qualis* A1, A2 e B1 é dos docentes dos programas centrais.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Ciência Política no Brasil, avanços e desafios. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 87-103.

ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. A formação do pós-graduado em ciência política. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

BULCOURF, Pablo; VAZQUEZ, Juan Cruz. La Ciencia Política como profesión. POSTData Revista, 2012. Disponível em < <http://www.revistapostdata.com.ar/2012/01/la-ciencia-politica-como-profesion-pablo-bulcourg-juan-cruz-vazquez/> > Acesso em 08.01.17.

CARPIUC, Cecília Rocha. ¿Hacia una hegemonía del “modelo mainstream norteamericano”? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012). Disponível em < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131021110757/rocha_informefinal.pdf > Acesso em 10.07.17.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. Tempo Social, 2010. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08.10. 2017.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011>
Acesso em 01.12.2016.

MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. Revista Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>. Acesso em 27.05.17.

MARTINS, Carlos B (Org.). Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <
http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf > Acesso em 08.01.17.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos. 37º Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013. Disponível em: <
<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st14/8478-a-producao-da-ciencia-politica-brasileira-uma-analise-dos-artigos-academicos/file>> Acesso em 09.09.2017.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.